

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita investe em delegacias especializadas para atender e fiscalizar grandes empresas3

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal recolhe acessórios de grife por suspeita de falsificação..... 5

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dez milhões de contribuintes têm pendência na Receita..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Hora de recuperar para valer - RAUL VELLOSO..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Crédito para combater queimadas traz questão fiscal de volta ao radar..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Simplificar para não aumentar carga".....10

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Crédito para catástrofes não viola arcabouço, diz Haddad..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Revisão de dívidas estaduais tem subsídio de R\$ 48 bi e juro zero (Editorial).....13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Focus indica alta da Selic.....15

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

BC tem obrigação de se comunicar com clareza (Editorial).....16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado espera alta de 0,25 ponto porcentual na taxa básica de juros..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para analistas, dados da economia e credibilidade do BC vão balizar decisão.....18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Boletim Focus eleva projeção para inflação e vê Selic em 11,25%.....20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Impressiona o Brasil crescer com juros tão altos".....21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Falta previsão para gastos com extremos climáticos 23

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Milei promete déficit zero em projeto orçamentário para 2025 24

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Com ciclo de alta de juros à frente, economistas mostram dúvidas sobre nível final da taxa Selic
..... 27

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Despedida - APOSENTADOS 30

Receita investe em delegacias especializadas para atender e fiscalizar grandes empresas

Jéssica SanfAna, Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta De Brasília

A **Receita Federal** está criando mais quatro delegacias de grandes contribuintes especializadas por setores econômicos. Atualmente, existem duas em funcionamento, uma no Rio de Janeiro, voltada para a área de petróleo e gás, e outra em São Paulo, para o setor financeiro. O objetivo é replicar esse formato para outras áreas, de forma a ter 50% da arrecadação federal atendida por essas seis delegacias a partir do ano de 2025. Juntas, essas unidades ficarão responsáveis por fiscalizar em torno de 1,5 mil grandes empresas do país.

Segundo Andréa Chaves, subsecretária de Fiscalização da **Receita Federal**, a medida visa trazer eficiência, com ganhos tanto para o contribuinte quanto para o Fisco. "Você dá, pelo lado do contribuinte, uniformidade de tratamento, porque você consegue especializar as equipes naquele setor. Não se compara o contrato do setor elétrico com o contrato do setor de petróleo e gás. Quando você tem uma equipe que entende do setor, tudo é mais simples, até a compreensão do que o contribuinte está pedindo", disse Andréa em entrevista ao Valor.

No caso de uma fiscalização, acrescentou, "quando se detecta alguma irregularidade, há conhecimento de como o setor funciona". Outros países como Espanha, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Reino Unido, afirmou, já seguem esse modelo de segmentação no atendimento. O pleito de expansão das delegacias especializadas, de acordo com a subsecretária, vinha dos próprios contribuintes, a partir da experiência considerada bem-sucedida em São Paulo e no Rio de Janeiro.

"Você vê [nas delegacias especializadas que já existem] a qualidade nas fiscalizações, a especialização e a especificidade de conhecimento dos contratos e de como funciona o setor. [Você vê ainda] o entendimento no trato de pedidos de restituição, compensação. Entende-se exatamente o que está envolvido ali. Tem também a especialização nos serviços. Uma certidão negativa de débitos em uma empresa grande, por exemplo, pode não ser trivial. Então, baseado nessa experiência, estamos ampliando para termos seis delegacias", disse Andréa.

A estruturação das novas delegacias já começou. Será aberta uma unidade em Manaus (AM), que ficará responsável pelos contribuintes da Zona Franca de Manaus e de setores como eletrônicos, bebidas não alcoólicas, produtos farmacêuticos e hospitalares, transporte marítimo, educação, água e esgoto. Outra unidade será aberta em Salvador (BA) para os setores de químicos, turismo, hotelaria, comércio em geral, vigilância e segurança.

Haverá também uma delegacia em Florianópolis (SC), especializada em agricultura, alimentos processados, fumo, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e setor sucroalcooleiro. E mais uma em São Paulo, que tratará dos setores de bebidas alcoólicas, tecnologia, telecomunicações, construção, meios de pagamento e outros assuntos relacionados.

A Receita vai alocar auditores já especializados nessas áreas para atendimento nas novas delegacias. Um novo regimento interno será publicado. Todas as unidades terão jurisdição nacional, ou seja, vão atender empresas daquele setor de qualquer lugar do país, não somente da região em que estão instaladas.

Atualmente, a Receita já trabalha por setor econômico na fiscalização de grandes contribuintes, mas esses setores eram divididos nas dez regiões fiscais. "Agora, a gente reorganizou esses setores, concentrando nos 1.500 contribuintes maiores, que chamamos de contribuintes especiais", explicou Andréa. Ao todo, existem 8,4 mil contribuintes pessoas jurídicas diferenciados, ou seja, que demandam um acompanhamento específico do Fisco, porque representam 60% da arrecadação federal.

Uma novidade é que as delegacias terão um eixo de análise de risco, ou seja, poderá apontar qual a melhor forma de tratamento para aquele contribuinte: por conformidade, autorregularização ou autuação. "Essa é a parte que eu vejo que a especialização ajuda muito, porque às vezes tem um comportamento típico setorial, que tem a ver com um contrato típico e que tem impactos tributários e aí esses impactos tributários às vezes precisam ser tratados de maneira específica", afirmou Andréa. Essa segmentação poderá ajudar, inclusive, segundo ela, na proposição de alterações legislativas que o Fisco entenda necessário.

Na avaliação de Daniela Silveira Lara, sócia da área tributária do Rolim, Goulart, Cardoso Advogados, a criação de novas delegacias especializadas é positiva tanto para o Fisco quanto para os contribuintes. "O mais importante é que essa especialização agregue, além de conhecimento e eficiência, uma maior cooperação entre o poder público e os contribuintes, criando um ambiente de confiança de forma a aprimorar o diálogo e a prevenção de conflitos em busca de maior segurança jurídica", disse a advogada.

Segundo ela, o conhecimento técnico setorial dos agentes de fiscalização "permite maior eficiência e entendimento das questões práticas de cada setor e auxilia na busca da conformidade fiscal das empresas".

No mesmo sentido comentou Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax. "A segmentação trata um setor de forma isonômica, evitando possíveis distorções e coibindo até concorrência desleal, por estarem os players todos embaixo da mesma delegacia", afirmou. Por outro lado, ponderou, "é verdade que nada disso ocorre sem uma finalidade que é inseparável do Fisco: a de cobrar. Há tempos o Fisco entendeu que o nome do jogo é eficiência, então priorizar esforços humanos faz todo sentido".

"Nada disso ocorre sem uma finalidade que é inseparável do Fisco: a de cobrar" Matheus Bueno

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187986>

Receita Federal recolhe acessórios de grife por suspeita de falsificação

A **Receita Federal** apreendeu cerca de R\$ 1 milhão em bolsas, acessórios e roupas de grife na manhã de ontem, em uma loja na Rua 24 de Outubro, no bairro Moinhos de Vento, na Capital. A fiscalização recolheu centenas de itens, inclusive roupas de marcas como Chanel, Louis Vuitton e Prada. O estabelecimento é investigado por importação ilegal e falsificação dos produtos.

Conforme a **Receita Federal**, a operação ocorreu após denúncia de representantes das grifes, que identificaram que alguns produtos vendidos não seriam autênticos. Os produtos eram comercializados por até R\$ 20 mil, tanto na loja física quanto no site. O nome do local não foi divulgado, mas Zero Hora apurou que se trata da Saga Luxury.

De acordo com a **Receita Federal**, o proprietário é um indiano. Ele não teve o nome divulgado. A reportagem contactou um homem que se identifica como dono da loja, mas ele optou por não se manifestar. O empresário afirmou que solicitou o acompanhamento de um advogado durante a apreensão, mas não informou quem fará sua defesa.

Verificação O comerciante foi intimado a apresentar os comprovantes de importação regular, e as marcas foram convocadas para confirmar a autenticidade das mercadorias. Caso seja confirmada a irregularidade, o proprietário poderá responder pelo crime de contrabando, com pena de até cinco anos de prisão.

Os produtos foram recolhidos ao depósito da Receita. O órgão destaca que a venda de produto falsificado viola os direitos autorais, afeta a arrecadação e impacta na geração de empregos. _

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240917&edicao=30399>

Dez milhões de contribuintes têm pendência na Receita

CPF E CNPJ Mais de 10 milhões de contribuintes pessoas físicas e jurídicas têm pendência no CPF ou no CNPJ, incluindo MEIs (Microempreendedores Individuais), segundo informações da **Receita Federal** repassadas ao jornal Folha de S. Paulo. Ainda segundo a receita, até dezembro, 2 milhões de CPFs poderão ficar em situação pendente de regularização, o que agrava o caso e traz consequências para o contribuinte.

Para chegar a essa situação, os cidadãos deixaram de cumprir obrigações com o fisco, como entregar declarações ou mesmo corrigir erros em documentos enviados para a Receita, como é o caso do Imposto de Renda. De acordo com a Receita, o contribuinte pessoa jurídica omissa na entrega de suas obrigações está sujeito à declaração de inaptidão de sua inscrição no CNPJ. No futuro, uma inscrição declarada inapta pode ser baixada e o CNPJ deixa de existir.

Já no caso das pessoas físicas obrigadas a declarar e que não entregaram a declaração do IR, a situação de sua inscrição no CPF é alterada de regular, para "pendente de regularização".

Nesse caso, o CPF fica bloqueado e o cidadão não consegue prestar concurso público, contratar com o serviço público, fechar um financiamento no banco para carro e imóvel, não tira passaporte, não consegue abrir conta bancária e nem casar.

O contribuinte também pode ser investigado pela Receita por sonegação fiscal, quando há a suspeita de ato intencional. A pessoa investigada terá direito a ampla defesa e a pena prevista é de seis meses a dois anos de prisão, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo devido.

Para verificar se há pendências no CPF ou CNPJ, o contribuinte deve acessar <https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-dividas-e-pendencias-fiscais>, e clicar em "Consultar CPF", para pessoa física, ou "Consultar certidões de regularidade fiscal", e, em seguida, em "Consultar CNPJ", para pessoa jurídica. Depois, precisa ir em "Iniciar" e informar os dados solicitados pelo site. Também é possível fazer essa consulta no Portal e-CAC.

A regularização do CPF ou CNPJ é feita de forma 100% online, baixando o programa necessário para a

entrega do documento.

Também há opções de baixar o aplicativo no celular ou no tablet. E ainda é possível fazer declarações por meio do Porta e-CAC.

2 milhões de CPFs podem ficar em situação pendente de regularização, o que, entre outras coisas, deixa o documento bloqueado

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Hora de recuperar para valer - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Reinou uma certa euforia na discussão macro do país, ao surgirem sinais repentinos de que o crescimento do **PIB** começa a reaparecer. Na verdade, ao contrário, talvez continue presente aquele que se afigura como o "x" da questão na desabada das taxas médias de crescimento do **PIB**, algo que precisa ser revertido.

De um lado, tem-se a disparada dos deficits previdenciários, que já vem ocorrendo há bastante tempo nos regimes próprios do setor público brasileiro, e, do outro, da desabada dos investimentos públicos em infraestrutura, uma consequência natural do estreitamento dos combalidos orçamentos públicos, em face, ainda, da alta rigidez das demais verbas orçamentárias, basicamente compostas de gastos correntes.

Paralelamente, nem os investimentos privados nessa área ajudam, pois vêm apenas oscilando em torno de um valor fixo medido em percentual do **PIB**.

O espaço limitado deste artigo impede uma discussão mais detalhada do assunto. Mas o ponto central que me parece cada vez mais claro é que o setor público precisa se engajar em um deliberado, permanente e potente esforço de equacionamento previdenciário, até a literal zeragem dos respectivos deficits atuariais, sem o que dificilmente sairemos do atoleiro da estagnação econômica, e de tudo de ruim que vem com ela. Repito (e enfatizo) que fazer isso é o mesmo que fazer tudo o que for necessário (sem jamais reduzir a vigilância sobre todos os aspectos relevantes envolvidos) para zerar os elevados e crescentes deficits atuariais que há muito perseguem os vários entes públicos brasileiros.

Refiro-me, agora, especificamente ao caso de meu estado natal, o Piauí, que, sob a liderança de Wellington Dias, hoje Ministro do Desenvolvimento Social, aprovou uma importante reforma previdenciária entre o final de 2019 e o início de 2020, praticamente igual à da União, reforma essa merecedora de muitos elogios dos especialistas mais renomados da área, embora o período de seu último mandato tenha se encerrado antes de que Dias pudesse completar o processo de equacionamento antes citado.

Só que o esforço de Dias felizmente foi longe, pois se

estendeu à parte de alíquotas, ao se criarem alíquotas de aposentados e pensionistas entre o salário mínimo e o teto do **INSS**, enquanto estados como São Paulo faziam, à época, exatamente o contrário, ao cancelar a mesma mudança de alíquota no apagar das luzes da gestão anterior à atual, sendo essa uma mudança, hoje, sob o risco de ser em breve equivocadamente derrubada de uma vez pelo STF, tendo os entes de abrir mão de item tão importante para o esforço de equacionamento.

Embora estados como o Piauí estejam, agora, "chiando" pelo temor de o STF suspender a cobrança de alíquotas dos aposentados e eles perderem receitas importantes, o fato é que, até agora, ninguém se dedicou a fazer qualquer esforço organizado de "equacionamento do deficit previdenciário", ou seja, a segregação de massas etc., como a administração Wellington pretendia fazer, algo que demonstraria um maior comprometimento para efetivamente resolver o seu problema financeiro.

Agora, tudo vai depender de como o STF se posicionará. Só que, pelo que tenho sentido do noticiário a respeito disso, hoje, embora com margem pequena, a probabilidade maior é de que, infelizmente, os estados que cobram alíquotas maiores de aposentados, como o Piauí, tendam a sair derrotados.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Hora de recuperar para valer

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6419/16-09-2024.html?all=1>

Crédito para combater queimadas traz questão fiscal de volta ao radar



Marcos Mendes, sobre gastos do governo federal: Quem tem vida pródiga não tem dinheiro na hora da emergência

Marta Watanabe De São Paulo

A autorização para abertura de créditos extraordinários, fora das regras do arcabouço fiscal, para combater as queimadas no país, dada em decisão no domingo pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino, trouxe mais uma vez a questão fiscal para o radar. Especialistas apontam que o uso de créditos extraordinários é justificável com o aumento das queimadas este ano e suas graves repercussões. O receio, porém, dizem, é que o instrumento seja usado para abrir portas para outros gastos, após uma sucessão de medidas anunciadas ou em curso que são considerados "atalhos" para o cumprimento da meta fiscal.

Os atalhos fiscais citados pelos especialistas aparecem tanto do lado das despesas, com gastos para os programas Pé-de-Meia e Gás para Todos, quanto do lado das receitas, com a contabilização como receita primária de recursos esquecidos por correntistas nos bancos.

A Constituição Federal e a legislação fiscal associam aos créditos extraordinários eventos não previstos, que podem ser ligados a catástrofes naturais, com impactos negativos à sociedade à economia, diz Bráulio Borges, economista da LCA e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

"Infelizmente temos queimadas todos os anos, mas estamos vendo em 2024 que está muito acima do usual. Além da questão ambiental, as queimadas têm impacto negativo sobre a saúde humana, o bem-estar da população, a produtividade do trabalho. Existe, sim, justificativa para solicitar um crédito extraordinário,

para combater a situação emergencial. A questão é que muitos podem enxergar isso como brecha para criar uma espécie de orçamento paralelo no combate às mudanças climáticas, fora da regra de gastos", diz Borges.

A medida, diz, tem que ser analisada no contexto como um todo. "Não vamos esquecer que há poucas semanas, o governo propôs uma medida fora do Orçamento, o auxílio-gás", relata Borges, referindo-se ao programa federal re-batizado de "Gás para Todos", que ajuda famílias de baixa renda a comprar gás de cozinha. O custo do programa, que hoje é de R\$ 3,7 bilhões ao ano, deve passar a cerca de R\$ 5 bilhões em 2025 e chegar a R\$ 13,5 bilhões em 2026, segundo divulgado por representantes do governo. A ideia inicial é que isso fosse financiado com recursos ligados ao pré-sal, mas sem passar pelo Orçamento. A contabilização está em debate no governo.

Outro exemplo é o Pé-de-Meia, criado em 2023 e que também está fora da regra de gastos, diz Borges. O programa incentiva financeiramente estudantes beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) matriculados no ensino médio público.

O Pé-de-Meia, lembra o economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper, teve aporte inicial em 2023, com impacto na despesa primária. Os aportes seguintes, porém, virão de recursos de fundos fora do Orçamento, sem impacto no resultado primário, diz. Segundo ele, é difícil olhar com precisão para os valores do programa, porque estão fora do Orçamento.

Do lado das receitas, Mendes cita o "dinheiro esquecido" nos bancos. No mesmo projeto de lei que define transição de três anos para o fim da desoneração de folha em 17 setores e cobrança da alíquota cheia de **INSS** para municípios foi estabelecido o direcionamento ao Tesouro de recursos esquecidos em contas bancárias, que não foram reclamados pelos titulares. Pelo projeto, aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada, os saldos serão contabilizados como receita primária pelo governo federal. Segundo o Banco Central, há R\$ 8,56 bilhões esquecidos disponíveis para resgate no Sistema de Valores a Receber (SVR). O BC, destaca Mendes, segue padrão internacional e não trata esses recursos como receita primária.

O contexto, diz Borges, cria desconfiança do mercado. "O que se entende é o que o governo não quer cumprir a regra fiscal que ele mesmo propôs. E, além dessas questões fora do primário, há a própria meta de resultado primário, que foi alterada em abril deste ano para 2025 em diante. É natural a desconfiança de que um crédito extraordinário para a emergência das queimadas, que é justificável, seja visto como mais um subterfúgio para fugir da regra fiscal."

É comum uma válvula de escape para situações inesperadas, de crise, diz Mendes. "O próprio teto de gastos já previa crédito extraordinário fora da conta do teto. Crédito extraordinário é para situações de emergência. Mas um governo, para estar fiscalmente apto e ter espaço para lidar com emergências, tem que estar preparado, tem que controlar as despesas regulares. E não é o que acontece. Estamos pisando no acelerador, dando reajuste real do salário mínimo, não cuidando da expansão dos benefícios da **Previdência Social**. Quem vive de forma pródiga não tem dinheiro na hora da emergência."

Para Mendes, o governo está fazendo uma "distorção das estatísticas fiscais". "O governo, ao perceber que não conseguirá fechar as contas seguindo as estatísticas fiscais corretamente, começa a querer encontrar atalhos", diz.

Contabilizações "heterodoxas", como do auxílio-gás e dos valores esquecidos, diz Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz Partners, fazem parecer que a estratégia não é para chegar à sustentabilidade fiscal. "É uma estratégia de política fiscal em tempos de polarização política. Ou seja, vale tudo do ponto de vista de se angariar mais recursos para evitar perda de popularidade que faça com que o governo entre em período eleitoral, em 2025 e 2026, sem aprovação que sustente seu projeto político."

Para Marcos Lisboa, sócio-diretor da Gibraltar Consulting, parte do problema é que está muito difícil analisar o resultado primário, que deveria funcionar como indicador da evolução da dívida. "Mas na hora em que se retira despesas do primário, se adiciona receitas que não deveriam estar ou se usa mecanismos parafiscais que trarão a conta depois, acaba se perdendo a clareza. O primário que temos perdeu esse papel de ajudar na análise da evolução da dívida."

A meta para 2024, de resultado primário zero, com banda de tolerância de 0,25 p.p. do **PIB**, diz Mendes, deve ser cumprida pelo "limite inferior da meta". As manobras para aumentar receitas, devem ajudar nisso. Para 2025, o economista estima déficit de 1% do **PIB**, resultado de receita primária equivalente a

18,6% do **PIB** e de despesa primária de 19,6% do **PIB**. "Para atingir o limite inferior da meta em 2025, já abatendo tudo que tem que abater, será preciso cortar R\$ 60 bilhões de discricionários, aproximadamente, o que é bem difícil." A meta de 2025 também é de primário zero, com 0,25 p.p. de banda de tolerância.

"Estratégia parece ser de política fiscal em tempos de polarização" Carlos Kawall

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187986?page=22§ion=1>

"Simplificar para não aumentar carga"

» **RAPHAEL PATI*** * **O jornalista viajou a convite da Abras*

- A **reforma tributária** está em tramitação no Senado, após ter sido aprovada em julho na Câmara dos Deputados.

Segundo o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, a matéria deve ser encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 28 de outubro - um dia após o segundo turno das eleições municipais no país. Até esta data, os grupos de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promovem audiências para chegar ao texto final, que será encaminhado ao relator da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM).

O senador amazonense participou, ontem, de um debate promovido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), durante o evento Abras"24 food retail future, que ocorre entre os dias 15 e 17 de setembro em Campinas, no interior de São Paulo. Durante a discussão, o parlamentar reforçou que espera manter os compromissos originais previstos na reforma, como a diminuição da carga tributária, assim como os incentivos ao setor produtivo nacional.

"A consciência geral é de que o sistema tributário atual é caro, é muito oneroso para o povo brasileiro e para o setor produtivo, e precisa ser simplificado. Esta simplificação precisa garantir que não haja aumento de carga tributária", disse o senador, em entrevista após o debate. Braga ainda não foi confirmado oficialmente como relator do projeto, devido ao ritual da Casa, que prevê a definição somente quando chegar à CCJ. Apesar disso, seu nome já é tido como certo, após a confirmação da indicação de Rodrigo Pacheco.

"Que o Brasil possa voltar a ser competitivo em setores como a indústria, mas, ao mesmo tempo, que nós possamos assegurar que o comércio, que os serviços, a construção civil e outros segmentos importantíssimos da nossa economia acumulada possam ser cada vez mais competitivos e, enfim, gerar emprego, fazer o Brasil crescer de forma sustentada", acrescentou o senador.

Além do relator, também estiveram presentes no evento outros parlamentares ativos na elaboração da proposta. Um deles, o senador Efraim Filho (União-PB), presidente da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços, aproveitou para criticar a condução da

política fiscal no país e defendeu a manutenção da alíquota do Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA) em 26,5%.

"Agora, é (ter) cuidado com as alíquotas. Conter o teto máximo, para que o governo não tenha a liberdade de querer aumentar assim como quiser", disse o senador, que ainda revelou estar otimista para aprovar o projeto na Casa antes do recesso parlamentar do final do ano. "Eu acredito, sim (que possamos votar a reforma no Senado), vamos encerrar de uma vez por toda a reforma sobre o consumo, para que a gente discuta a reforma sobre a renda e patrimônio", completou.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6419/16-09-2024.html?all=1>

Crédito para catástrofes não viola arcabouço, diz Haddad



Haddad (centro) é entrevistado por Fernando Exman (esq.) e Lu Alko, da sucursal de Brasília do Valor, e diz que "os juros vão cair lá fora, há uma desaceleração da economia mundial"

Jéssica Sant'Ana, Gabriel Roca e Marcelo Osakabe De Brasília e São Paulo

A abertura de créditos extraordinários fora da meta fiscal para enfrentar emergências climáticas, como as queimadas que afetam diversas regiões do país, não representa uma violação ao novo arcabouço fiscal, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante a 24a edição do Valor 1000, que aconteceu ontem (16), em São Paulo. Contudo, ele ponderou que esses eventos extraordinários talvez "não sejam tão extraordinários daqui para frente", fazendo com que o governo precise levar cada vez mais as catástrofes climáticas para dentro do Orçamento federal.

"Se é evento extraordinário que não vai se repetir, você tratar de maneira segregada não me parece que se desvia do foco do arcabouço fiscal, que é uma moldura institucional elogiada no mundo inteiro. Agora, se você começar a ter ocorrência cotidiana disso, se isso se tornar despesa recorrente, vai ter que ser feita uma adequação do Orçamento federal", afirmou Haddad, que foi um dos participantes da cerimônia que reconheceu as maiores empresas do país em 28 setores. "Em algum momento vai ter que entrar [no Orçamento], talvez o extraordinário não seja tão extraordinário daqui para frente", completou.

No domingo (15), o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou que o governo emita créditos extraordinários fora da meta fiscal até o fim do ano, exclusivamente para o combate às queimadas. Os créditos extraordinários já ficam de fora do limite do arcabouço, ou seja, fora do Orçamento.

Durante o evento, Haddad afirmou que a resposta que o governo federal deu à questão das enchentes no Rio

Grande do Sul foi correta do ponto de vista orçamentário, além de garantir a recuperação do Estado antes do esperado. Parte da ajuda também foi feita usando crédito extraordinário. "A maneira como o governo federal atuou na região foi exemplar. Ao invés de transferir recursos de cofre público para cofre público, alimentamos a economia gaúcha para que ela fosse força propulsora [da retomada]", relatou o ministro.

Sobre o enfrentamento às queimadas, o ministro falou que será adotado um plano similar ao feito no Pantanal no ano passado. Esse planejamento é feito pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ele destacou, ainda, a "dimensão criminosa" de parte das queimadas, o que aumenta o desafio do governo federal. "Mudança climática em si já é um problema, agora com o crime associado a isso a situação se torna mais difícil de administrar."

O chefe da Fazenda também negou que o novo arcabouço fiscal seja expansionista, como alguns economistas alegam. Em sua avaliação, o arcabouço colocou cláusulas anticíclicas que estavam ausentes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Esse ano, a receitas estão crescendo 9% acima da **inflação** e a despesa está congelada em 2,5%. Essa é a maneira que estamos enfrentando uma herança de dez anos de déficit primário", afirmou.

Ainda no evento, o ministro falou sobre a regulamentação da **reforma tributária** do consumo, já aprovada pela Câmara dos Deputados e aguardando votação no Senado Federal. Ele disse que gostaria que a tramitação fosse concluída neste ano, para em 2025 poder dedicar o ano à reforma da renda, cujos cenários já foram apresentados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Final da reforma do consumo está mais na mão das duas Casas [do Congresso] e do entendimento entre elas do que do Executivo. Seria uma pena não aprovar esse ano", comentou. "A produtividade brasileira não reage e tenho certeza que uma das razões é tributária. Se a gente não enfrentar esses gargalos da economia, vamos continuar patinando."

Questionado sobre política monetária, Haddad avaliou que os descompassos recentes na comunicação do Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos)

e do Banco Central brasileiro trouxeram incertezas, mas pontuou que agora há uma certeza de que haverá queda de juros lá fora. "Os juros vão cair lá fora, há uma desaceleração da economia mundial", disse.

Sobre a decisão que será tomada pelo Banco Central brasileiro na quarta-feira (18), Haddad evitou comentários. "Acho que vocês sabem como eu penso [a respeito dos cortes de juros]", limitou-se a dizer.

Ele também afirmou que, quando o presidente da República indica o comando do BC, "não indica pensando o que ele deve fazer". "Você indica que ele é o quadro que você conhece que melhor vai responder ao desafio do momento", afirmou. "[Eles] não estão lá para fazer o que o Haddad ou o Lula querem fazer. Estão lá para tomar decisões técnicas."

O ministro também afirmou que a equipe econômica do governo está "inovando no fiscal, no monetário e no cambial", sem romper com o tripé macroeconômico. "Estamos aperfeiçoando".

"Talvez o extraordinário não seja tão extraordinário daqui para frente"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187986?page=22§ion=1>

Revisão de dívidas estaduais tem subsídio de R\$ 48 bi e juro zero (Editorial)

O novo projeto de renegociação das dívidas dos Estados (PLP121/2024) passou voando pelo Senado para pousar na Câmara. O governo Lula aceitou a condução do projeto por seu autor, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), candidato ao governo de Minas Gerais em 2026 - Estado que, por autorização do Supremo Tribunal Federal, não está pagando suas dívidas. O nó das dívidas estaduais de R\$ 765 bilhões, após sucessivas revisões, é o comportamento dos maiores devedores - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul -, cujos débitos somam 90% do total. O governo paulista não tem problemas para pagamentos, mas os outros, sim. Para acomodar uma situação peculiar deles e não criar desbalanceamento, o PL estendeu melhores condições de pagamento, em geral, para todos os demais Estados que quiserem aderir.

O PLP permite que os Estados simplesmente fiquem sem pagar juro algum. E se todos escolherem do cardápio de opções (três) a que lhes for mais vantajosa - destinar toda a conta anterior de juros para um fundo de equalização e para investimentos -, a União arcará com um subsídio de R\$ 48 bilhões anuais, pelos cálculos inéditos de Manoel Pires, do Observatório Fiscal do FGV-Ibre (Valor, 13 de setembro).

O governo petista deu a senha para a revisão de débitos ao lançar o programa Juros por Educação, sinalizando que aceitava mexer nos encargos financeiros dos Estados se gastassem mais em educação profissional. O PT não tem o menor problema em amortecer as condições de pagamento dos Estados porque já procedeu assim no passado. Em 2014, no governo Dilma, houve revisão que diminuiu os juros inclusive da Prefeitura de São Paulo, com o PT.

Mas a renegociação de dívidas dos Estados é uma das caixas de Pandora complexas de abrir. Os governadores arrancam sempre mais vantagens do que as inicialmente propostas e agora não foi diferente. O esquema aprovado lembra o mecanismo do novo regime fiscal - o aumento de gastos é o elixir que revigorará as receitas. Pelo PLP, os juros das dívidas, hoje de 4% mais o IPCA, poderão cair a zero. Nessa hipótese, considerada pelo economista Manoel Pires a mais vantajosa para os Estados, os governos teriam de destinar 2% a um Fundo de Equalização que

será distribuído para investimentos pelas 27 unidades da Federação, e 2% poderão ser investidos pelo próprio Estado que fez a adesão, em um cardápio generoso e que é a verdadeira razão de ser das obrigações do poder público: educação profissional, habitação, transportes, saneamento, segurança pública, mudanças climáticas etc.

Os Estados mais ricos, com dívidas altas, poderão jogar os encargos financeiros delas para a União e ampliar os investimentos. Em geral, a União tem pouca capacidade, ou disposição política, de verificar onde o dinheiro está sendo de fato gasto. A vigilância será feita pelos Tribunais de Contas dos Estados, que não têm feito um serviço sequer próximo do adequado nesse ponto.

Os Estados ganharam possibilidade de empurrarem ativos para a União, entre eles participações societárias, participação nas estatais, bens móveis ou imóveis, cessão de créditos inscritos na dívida ativa e até mesmo direitos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, instituído pela **reforma tributária** para compensar perdas com ela, que só passarão a ter recursos na próxima década. A possibilidade de eliminar juros ocorrerá quando os Estados entregarem ativos correspondentes a 20% dos débitos, depositarem 1% no Fundo de Equalização e investirem 1%. Ou ainda, quando entregarem 10% do total da dívida em ativos, 1,5% no Fundo e 1% em investimentos. Na maior parte dos casos, mas não em todos, a economia com juros é superior ao desembolso de caixa que teria de ser feito na ausência da renegociação.

A exceção fica por conta dos Estados em Regime de Recuperação Fiscal, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas, que não aderiu ainda e nada paga. Por este regime, os Estados pagam 20% da parcela devida no primeiro ano, 40% no segundo até chegar aos 100% em cinco anos. As mesmas condições serão estendidas aos que trocarem o RRF pelo novo programa (Propag). A diferença a menor será incorporada ao saldo devedor após o quinto ano. Caso os grandes devedores façam a adesão, a conta de subsídios anual subirá para R\$ 61,9 bilhões.

Há uma outra consequência da renegociação que marca uma diferença em relação às demais. Para Pires, haverá enorme redistribuição de recursos dos

Estados mais ricos para os mais pobres e menos endividados. São Paulo, por exemplo, economizará R\$ 17,8 bilhões em juros, o Rio, R\$ 15,4 bilhões, Minas, R\$ 9,1 bilhões, e Rio Grande do Sul, R\$ 5,9 bilhões.

No fim das contas, a União transformará juros devidos em investimentos nos Estados na esperança de que os maiores devedores (exceto São Paulo, que está em dia) paguem ao menos o principal. Além disso, a União, que paga uma conta de juros em suas costas superior a R\$ 800 bilhões anuais, concederá subsídios financeiros aos governadores que estavam cumprindo suas obrigações em dia. A dívida bruta aumentará e as contas da União vão piorar, sem garantia de que a dos Estados-problema melhorem.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187986?page=22§ion=1>

Focus indica alta da Selic

Economistas do mercado financeiro elevaram as projeções para a **inflação**, o câmbio e o crescimento da economia brasileira em 2024. O cenário mais desafiador pode influenciar na decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne amanhã e quarta-feira para discutir a taxa básica de juros (Selic).

Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano passou de 4,30% para 4,35%, aproximando-se do teto da meta de **inflação**, de 4,5%.

Já a previsão para 2025 subiu de 3,92% para 3,95%. A projeção para 2026 também foi elevada, passando de 3,60% para 3,61%.

A meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, em 2024 e em 2025. A margem de tolerância para que ela seja considerada cumprida é de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Segundo Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, os dados reforçam a pressão inflacionária que, somada ao câmbio, indicam um aumento das perspectivas de alta da Selic. "Esse ambiente mais desafiador poderá influenciar diretamente a Super Quarta, quando o Banco Central e o Federal Reserve divulgarão suas decisões sobre as taxas de juros", afirmou.

A maioria das apostas são para uma alta de 0,25 ponto percentual da taxa, atualmente em 10,50% ao ano. "Embora a expectativa do mercado seja de aumento da Selic em 0,25%, não surpreenderia se o BC aumentasse essa semana em 0,50%, dado a força que o Focus vem desses sucessivos aumentos, inclusive no **PIB**", avaliou Eyng.

"O impacto pode ser uma desaceleração do crescimento econômico no curto prazo, devido ao crédito mais caro, mas com o objetivo de conter a **inflação**."

Lembrando que após o aumento da Selic, demora cerca de seis meses para o efeito real aparecer na economia", completou.

A projeção Selic para 2024 ficou estável em 11,25%, após ter subido na semana passada.

O número, por si só, já reforça a volta da alta dos juros. Por outro lado, a estimativa subiu para 2025,

passando de 10,25% para 10,50%.

"A estabilidade da Selic em patamar ainda elevado e alta para 2025, acaba sugerindo que o Banco Central siga cauteloso, aguardando mais clareza no cenário macroeconômico, especialmente em relação ao ritmo da recuperação econômica e seus impactos nos preços", ponderou Sidney Lima, analista CNPI da Ouro Preto Investimentos.

PIB e câmbio A mediana das projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024 também registrou alta, subindo de 2,68% para 2,96%. Para André Colares, CEO da Smart House Investments, o dado será também determinante na decisão do Copom. "A combinação de **inflação** alta e uma economia que cresce acima do esperado pode levar o Banco Central a adotar uma postura mais cautelosa, sem descartarmos a possibilidade de ajustes futuros nos juros para conter as pressões inflacionárias e o impacto do câmbio sobre os preços", disse.

Em relação ao câmbio, a projeção para o dólar em 2024 subiu de R\$ 5,35 para R\$ 5,40. O aumento na cotação da moeda norte-americana tem efeitos diretos na **inflação**, afetando diretamente os preços, visto que várias cadeias produtivas dependem de insumos importados, negociados em dólar. "O aumento na projeção do dólar para este ano pode beneficiar empresas exportadoras e o setor de commodities, mas representa um desafio adicional para o controle da **inflação**", destacou Fábio Murad, sócio da Ipê Avaliações.

Sítio:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6419/16-09-2024.html?all=1>

BC tem obrigação de se comunicar com clareza (Editorial)

À medida que a decisão mais importante do Comitê de Política Monetária (Copom) em 2024 se aproxima, não faltam argumentos, concorde-se com eles ou não, para que o Banco Central (BC) eleve a taxa Selic ou para que a deixe em 10,5%. Se do ponto de vista técnico há espaço para que se opte pela elevação ou pela manutenção, do lado da comunicação só há um caminho: clareza, de modo que a decisão que o comitê vier a tomar seja não só estritamente técnica, mas informada de modo a não gerar ruídos.

Se estiver em dúvida sobre como se comunicar, o BC já conta com um guia informal do que não se deve fazer. É impossível não voltar à fatídica reunião de maio, quando os membros do comitê se dividiram - os quatro diretores indicados por Lula da Silva votaram por uma queda de 0,50 ponto porcentual (p.p.) da Selic, enquanto os outros cinco, por uma redução de 0,25 p.p. Decisões divididas por si só podem gerar inquietação no mercado e não será diferente agora em setembro, se o Copom não votar de forma unânime.

Em maio, contudo, a decisão dividida causou menos ruído do que o **comunicado** lacônico após a reunião.

A mensagem, de 8 de maio, não trouxe uma mísera linha sinalizando os motivos que levaram à divergência, algo que só foi esclarecido alguns dias depois (uma eternidade, quando se trata de tema tão fundamental), quando da divulgação da ata, em 14 de maio. Além disso, não faltaram manifestações desalinhadas de membros do Copom, que ora serviram para acalmar o mercado, ora para atizar o sentimento de confusão.

Para o encontro que está prestes a acontecer, é essencial que os diretores tenham consciência de que precisam comunicar a decisão que tomarem de forma clara, efetiva e coordenada. A próxima reunião não é trivial. Ocorre em momento em que os juros nos EUA finalmente cairão, o que reforça o argumento da ala de especialistas que entendem que, com o alívio do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), a Selic, já bastante elevada no Brasil, não precisa subir ainda mais. Por outro lado, há o coro, majoritário, dos que veem o cumprimento da meta de **inflação** de 3% cada vez mais ameaçado, tanto por velhos fatores como por outros relativamente novos, como o impacto, nos preços de energia, da seca sem precedentes que assola o País.

O cenário para a decisão de setembro do Copom não é nada simples, como também não vinha sendo para as autoridades monetárias de EUA e Inglaterra, mas do ponto de vista da comunicação os bancos centrais daqueles países oferecem um guia do que fazer: comunicação clara e rápida - os presidentes do Fed e do Bank of England (BoE) concedem entrevista coletiva no mesmo dia em que tomam suas decisões de política monetária.

Uma comunicação eficiente e ágil do BC brasileiro se faz ainda mais necessária diante do contexto de politização das ações do Copom. Em boa parte deste ano, o presidente Lula da Silva atacou o "exagero" dos juros altos e, mais particularmente, seu desafeto na presidência da autarquia, o "insensível" Roberto Campos Neto. No meio desse imbróglio, Gabriel Galípolo, apadrinhado de Lula que vai substituir Campos Neto, viu-se compelido a demonstrar ao mercado que será firme no combate à **inflação**, declaração dada tantas vezes que praticamente consolidou a expectativa de que a Selic voltará a subir.

Comunicação clara e ágil e excesso de declarações não são sinônimos. De um modo geral, alguns membros do Copom falam demais, muitas vezes sem delimitar quando estão se pronunciando de forma pública, privada, pessoal ou em nome do colegiado. No caso de Galípolo, é de certa forma compreensível que, com currículo menos vistoso que o de outros presidentes do BC e por se encontrar no meio do tiroteio do governo contra Campos Neto, tenha buscado tranquilizar o mercado de que, uma vez no leme do BC, agirá de forma técnica.

Que assim seja. Que a política não contamine as ações do Banco Central, e que este as comunique com clareza e agilidade.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado espera alta de 0,25 ponto porcentual na taxa básica de juros

I DANIEL TOZZI MENDES, GABRIELA JUCÁ E ANNA SCABELLO

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central define, na reunião que começa hoje e termina amanhã, a nova taxa básica de juros (Selic) do País. A aposta majoritária do mercado financeiro é de que a Selic vai subir 0,25 ponto porcentual, passando para 10,75% ao ano. Essa é a previsão de 53 das 61 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast.

Seis casas preveem manutenção do juro em 10,5%, enquanto outras duas apostam em elevação de 0,50 ponto na Selic.

Ainda segundo economistas do mercado, a alta não deve parar por aí. Para 26 dessas instituições, a Selic vai terminar o ano num patamar de 11%. Outras 23 acreditam que o juro vai a 11,25%, enquanto para 21 a taxa será ainda maior: 11,75%.

Duas projetam 11,5%, enquanto seis acreditam que a Selic não será mexida até o fim ano, terminando no mesmo patamar atual de 10,5%.

A perspectiva de retomada do aperto monetário ganhou força no mercado desde a reunião anterior do Copom, no fim de julho, como reflexo das expectativas de **inflação** que seguiram descoladas da meta de 3% perseguida pelo BC, da desvalorização cambial e de falas mais duras dos próprios membros do Copom. O crescimento de 1,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**), divulgado em 3 de setembro, um resultado acima do esperado pelo mercado, também consolidou a percepção de atividade econômica aquecida e necessidade de alta no juro, observam os analistas.

Após um longo período de aperto monetário, o BC começou a cortar os juros em agosto do ano passado. Na ocasião, a taxa estava em 13,75% e passou a 13,25%. De maio para cá, a taxa tem sido mantida em 10,5%.

O BTG Pactual está entre as instituições que preveem alta de 0,25 ponto no juro agora em setembro.

Na avaliação do economista do banco Álvaro Frasson, a Selic em 10,5% é contracionista, ou seja, capaz de frear a atividade econômica, mas alguns dados mostram que a taxa não tem sido eficiente como se

imaginava (mais informações na pág. B2).

Na semana passada, o Goldman Sachs também ajustou suas projeções para a Selic, passando a prever alta de 0,25 ponto em setembro, elevação de 0,50 ponto em novembro e mais uma alta de 0,25 ponto em dezembro, levando o juro básico a 11,25% ao final deste ano. O Itaú Unibanco também incorporou uma alta da Selic na reunião desta semana, com a perspectiva de a taxa atingir 12% em janeiro de 2025.

O Itaú argumentou que, considerando um câmbio de R\$ 5,60 e alguma revisão do espaço que o **PIB** tem para se expandir sem estimular a **inflação**, o modelo utilizado pelo Copom indicaria uma **inflação** de 3,4%, o que justificaria o aperto monetário agora. "Com tal projeção, estimamos que a taxa de juros necessária para trazer o IPCA de volta à meta seria de pelo menos 12%", disse o banco.

Previsões Para 26 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, a Selic vai terminar o ano em 11%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Para analistas, dados da economia e credibilidade do BC vão balizar decisão

I DANIEL TOZZI MENDES, GABRIELA JUCÁ E ANNA SCABELLO

Atividade doméstica mais aquecida em razão de impulsos dados pelo governo, um mercado de trabalho resiliente e um cenário externo que levou à depreciação do real diminuíram a "potência" da restrição monetária imposta até agora, com juros em 10,5% ano, diz Álvaro Frasson, economista do BTG Pactual. "Não acho que a alta do juro agora seja apenas uma questão de credibilidade do BC. Há fatores de fundamento econômico", afirma.

Para além da necessidade de aperto monetário agora, Frasson atenta também para as discussões de qual será o "orçamento" total de elevação do juro básico. Ele diz que a variável que vai determinar isso é o câmbio, uma vez que a retomada do aperto monetário doméstico se dará em um momento de corte de juro nos EUA.

"Nenhum outro emergente está reabrindo ciclo de alta no juro, então o real parece que vai estar bem posicionado", avalia o economista. O BTG projeta, por ora, mais duas altas de 0,50 ponto, em novembro e dezembro, e uma elevação derradeira de 0,25 ponto em janeiro.

PERSPECTIVA. O economistachefe do banco BMG, Flavio Serrano, por sua vez, espera elevação de 0,25 ponto na Selic este mês e manutenção desse ritmo de alta até janeiro. Para ele, o cenário de retomada do aperto monetário está associado muito mais a uma questão de credibilidade do BC do que propriamente de fundamentos econômicos. "Tivemos uma comunicação ruidosa e uma formação de expectativas em torno desse ajuste. O BC poderia esperar mais um pouco, mas não vai correr o risco de credibilidade de não subir (a taxa)", afirma.

Serrano avalia que o balanço de riscos está mais próximo da neutralidade do que da assimetria para cima. Mesmo com a persistência da desancoragem das expectativas de **inflação**, o economista considera que o juro atual em 10,5% já é restritivo o suficiente para a economia.

Já para o economistachefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, o BC vai manter o juro básico no atual nível, uma vez que o cenário não se deteriorou

substancialmente desde o último encontro do colegiado.

"Tínhamos condições mais agudas do que as atuais e, ainda assim, o colegiado optou por manter a taxa de juros estável em julho", afirma.

DIVISÃO. Em agosto do ano passado, depois de 16 anos, o presidente do Banco Central (BC) precisou dar um voto de desempate no Comitê de Política Monetária (Copom) para um corte maior nos juros, na ocasião de 13,75% para 13,25% - parte do colegiado defendia um corte de 0,25 ponto porcentual.

Em maio, Roberto Campos Neto teve de novo de desempatar a votação, dessa vez para um corte de 0,25%, para os atuais 10,5%.

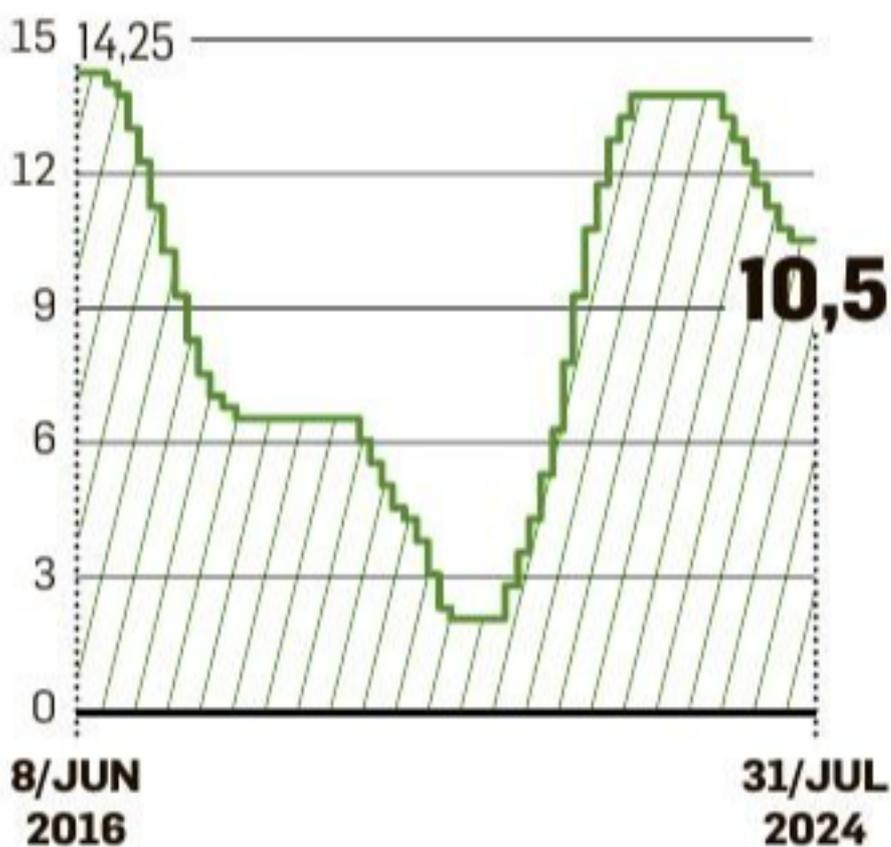
Na ocasião, o mercado avaliou que a divisão estaria prejudicando a credibilidade da autoridade monetária.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

SELIC

Evolução dos juros básicos

EM PORCENTAGEM AO ANO



FONTE: BANCO CENTRAL / **INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

Boletim Focus eleva projeção para inflação e vê Selic em 11,25%

EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

As projeções do relatório Focus para a **inflação** voltaram a subir. Na edição publicada ontem pelo Banco Central, a mediana das projeções dos analistas do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2024 subiu de 4,3% para 4,35%, a nona alta semanal consecutiva, aproximando-se ainda mais do teto da meta, de 4,5%. A mediana para o IPCA de 2025 também subiu e passou de 3,92% para 3,95%.

As projeções do mercado descolam cada vez mais dos números do Banco Central, que projeta **inflação** de 4,2% este ano e de 3,6% em 2025, no cenário de referência.

No cenário alternativo, o BC projeta IPCA de 4,2% em 2024 e 3,4% no próximo ano.

No último ciclo de comunicações, o Comitê de Política Monetária (Copom) informou que considera o primeiro trimestre de 2026 como o horizonte relevante para a definição do nível dos juros no País. Nesse período, o Copom espera que a **inflação** acumulada em 12 meses atinja 3,2%, no cenário com a Selic estável em 10,5%.

Depois da forte correção na semana passada, a mediana das projeções do relatório Focus para a taxa Selic no fim de 2024 continuou em 11,25% ao ano, 0,75 ponto porcentual acima do atual patamar, de 10,5%.

O Copom se reúne hoje para definir amanhã se volta ou não a subir a taxa referencial dos juros no País.

A projeção do mercado para a Selic no fim de 2025 também subiu, passando de 10,25% para 10,50% ao ano. Há quatro semanas, era de 10%.

ALTA MAIOR DO PIB. O mercado também elevou suas expectativas para o crescimento do País.

A mediana das projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano saltou de um avanço de 2,68% para 2,96%. A mediana do Focus para a alta do **PIB** de 2025 seguiu em 1,90% - há um mês era de 1,89%.

Os economistas do mercado não alteraram as

projeções de crescimento da economia em 2026 e 2027. A última estimativa divulgada pelo BC, no Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) de junho, indicava crescimento de 2,3% para o **PIB** brasileiro este ano. O Ministério da Fazenda espera que o **PIB** brasileiro cresça 3,2% em 2024, de acordo com revisão publicada na última sexta-feira.

As projeções para o dólar também seguem pressionadas.

A mediana das projeções dos analistas para a moeda americana no fim deste ano oscilou de R\$ 5,35 para R\$ 5,40. E a estimativa intermediária para o fim de 2025 passou de R\$ 5,30 para R\$ 5,35.

Mais crescimento Mediana das projeções compiladas pelo Focus para o **PIB** subiu de 2,68% para 2,96% neste ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Impressiona o Brasil crescer com juros tão altos"

BEATRIZ BULLA

ENTREVISTA: Robert Sockin, Pesquisador associado sênior do Federal Reserve System, é diretor de Economia na Citigroup Global Markets

O que está acontecendo na economia brasileira?

O economista global do Citi, Robert Sockin, tem se feito essa pergunta diante das surpresas de crescimento do País, mas ainda não tem a resposta. Ele pensa que o cenário, no entanto, indica que a economia do Brasil é capaz de crescer com uma taxa de juros mais alta. "Esperamos vários aumentos de taxas nos próximos meses por parte do Banco Central do Brasil, provavelmente algo em torno de 100 pontos base no total (um ponto porcentual)", afirmou Sockin, em entrevista ao Estadão.

"Parece que a economia simplesmente tem uma taxa de juros natural mais alta. Parece que o País tem sido capaz de crescer com taxas de juros muito altas, o que sugere que, para moderar a economia, as taxas de juros provavelmente terão de ser mais altas (ainda), o que é bastante impressionante", afirmou. A seguir, trechos da entrevista Como o sr. descreveria o estado atual da economia dos Estados Unidos?

É um ambiente muito desafiador, porque estamos em um ponto de inflexão, e é difícil avaliar quão grande é a inflexão desse ponto, e se a economia está moderando para uma aterrissagem suave, ou se está desacelerando para algo mais grave, um tipo de cenário de recessão.

Se você comparar com o ano anterior ao segundo semestre do ano passado e ao primeiro semestre deste ano, a economia estava crescendo muito acima da tendência. E agora os dados do terceiro trimestre surpreenderam em grande parte para o lado negativo. Assim, passamos de um período de surpresas positivas para um período de dados decepcionantes, na sua maior parte, no terceiro trimestre. Agora pode ser que os dados sejam decepcionantes porque as expectativas eram muito altas, porque a economia estava tão forte, algumas pessoas pensaram que isso continuaria e estamos obtendo uma moderação maior do que o esperado. Em termos do quadro geral, eu diria por mim mesmo que o risco de recessão aumentou, ao longo deste trimestre.

Se você falasse comigo há alguns meses, eu diria que o risco de recessão era muito baixo.

Atualmente, aposto em algo como 30% a 35%.

E, diante desse cenário, qual sua expectativa para a próxima reunião do Fed?

(O Citi acredita que haverá corte na reunião de setembro de 0,25 ponto) A defesa do (corte de) 0,50 ponto é muito difícil, porque 0,50 é uma espécie de movimento emergencial, e não parece que a economia esteja em estado de emergência com esses dados. Se olharmos para todos os outros bancos centrais ao redor do mundo, nos mercados desenvolvidos, Banco do Canadá, Banco da Inglaterra, BCE, todos eles têm sido muito graduais nos seus ciclos de flexibilização. Quero dizer, o BCE cortou uma vez, depois fez uma pausa e todos avançaram com movimentos de 25 pontos base. Acredito que o Fed realmente quer ir para (um corte de) 0,25 ponto, que eles provavelmente continuarão de forma bastante gradual.

Qual sua leitura sobre o panorama econômico brasileiro?

Excluindo a China, os mercados emergentes demonstraram uma resiliência bastante notável. E até a China, até certo ponto, ao longo do ciclo. Os bancos centrais reconheceram a **inflação** mais cedo, começaram a apertar mais cedo. Mas, em geral, parece haver algum tipo de mudança nos motores de crescimento destas economias emergentes e muitas delas tiveram um desempenho melhor do que o esperado. E o Brasil é uma história notável.

Ainda estamos debatendo sobre os impulsionadores disso, há um crescimento muito mais forte do que esperávamos no primeiro semestre, e principalmente no segundo trimestre.

Esperamos vários aumentos de taxas nos próximos meses por parte do Banco Central do Brasil, provavelmente algo em torno de 100 pontos base (um ponto porcentual) no total. Mas a questão mais profunda é: o que está acontecendo na economia?

Parece que a economia simplesmente tem uma taxa de juros natural mais alta. Parece que o País tem sido

capaz de crescer com taxas de juros muito altas, o que sugere que, para moderar a economia, as taxas de juros provavelmente terão de ser mais altas (ainda), o que é bastante impressionante.

O sr. disse que há uma preocupação menor com a **inflação** agora. Isso é algo disseminado?

Penso que estamos no meio de um ciclo global completo de redução das taxas, e penso que em parte isso se deve ao risco negativo para o crescimento ter aumentado e o risco para a **inflação** ter diminuído. Não estou dizendo que todo o risco de **inflação** desapareceu, mas penso que a mudança é muito interessante, mais no sentido das preocupações com o crescimento do que das preocupações com a **inflação**.

"O que está acontecendo na economia (brasileira)? Parece que a economia simplesmente tem uma taxa de juros natural mais alta. Parece que o País tem sido capaz de crescer com taxas de juros muito altas"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Falta previsão para gastos com extremos climáticos

VINÍCIUS NEDER vinicius.neder@oglobo.com.br

Dar tratamento excepcional para as despesas públicas direcionadas para enfrentar eventos climáticos não preocupa tanto por causa de eventual aumento no rombo das contas do governo, porém é mais um alerta sobre a necessidade de uma reforma orçamentária mais estrutural, avaliam economistas.

No domingo, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou o governo federal a emitir créditos extraordinários, fora dos limites do crescimento dos gastos públicos, que só podem crescer 2,5% acima da **inflação**, para investir no combate aos incêndios florestais.

Foi a segunda vez, no ano, que o enfrentamento de um evento climático recebeu tratamento excepcional no Orçamento. Em maio, foram as enchentes no Rio Grande do Sul.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, defendeu a decisão de Dino, pois, segundo ele, a Constituição de 1988 "já prevê, no seu artigo 167, que créditos extraordinários poderão ser realizados para casos de calamidade", mas chamou a atenção para a falta de planejamento nos gastos. Esse tipo de despesas, diz deveria ser incorporado ao planejamento orçamentário e fiscal: -O país perdeu a capacidade de planejar. Veja a irrelevância do PPA (Plano Plurianual), por exemplo, onde poderia se prever espaços orçamentários plurianuais para questões como esta, de desastres climáticos. Ou avançamos com uma reforma orçamentária, ou ficaremos à mercê da conjuntura.

Para Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre, a maior frequência desses eventos chama atenção para a dificuldade dos governos em priorizar políticas públicas preventivas, para evitar o desmatamento ilegal. A dinâmica obrigatória de gastos com Previdência, Saúde e Educação, diz, iria contra as novas prioridades colocadas pelas mudanças climáticas: -E um orçamento que está envelhecendo muito mal.

Ao analisar a decisão do ministro Dino, Pires afirma que seria importante uma separação de responsabilidades entre as esferas de governo: - Teve muito estado que flexibilizou legislações de ocupação

fundiária. Tem uma discussão de qual é a responsabilidade de cada um.

Para a economista Vilma Pinto, diretora da IFI, o Orçamento deveria contemplar ações estruturais para lidar com as mudanças climáticas e os danos decorrentes delas. Ao mesmo tempo, a retirada de determinados itens de despesas das regras de controle das contas públicas, ainda que por motivos justificados, pode tirar credibilidade do novo arcabouço fiscal: - As cláusulas de escape precisam ser bem desenhadas e definidas para acomodar choques sem precisar alterar a regra fiscal. Note que não se fala em não atender às demandas, mas que a regra deve ser pensada para essas situações.

Em São Paulo, no evento Valor 1000, do jornal Valor Econômico, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mostrou ter avaliação semelhante: -Você ter um evento extraordinário em um ano, eu não vejo como problema, nem como violar regras do arcabouço. Mas se isso começa a ocorrer de maneira recorrente, aí terá que se readequar o Orçamento -afirmou. -Talvez o extraordinário não seja tão extraordinário daqui para frente.

2,5% É o máximo que os gastos públicos podem crescer Pelo arcabouço fiscal, a alta permitida das despesas é acima da **inflação**

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Milei promete déficit zero em projeto orçamentário para 2025

Luiza Palermo, Pedro Borg e Roberto Lameirinhas De São Paulo

O projeto de orçamento 2025 apresentado pelo presidente da Argentina, Javier Milei, foi recebido ontem de maneira positiva pelos mercados e analistas, apesar do plano não contemplar duas questões-chave: o fim dos controles cambiais e a recomposição das reservas internacionais.

A proposta tem como eixo principal zerar o déficit fiscal do país como forma de organizar as contas públicas, medida vista por economistas como positiva, apesar de não abordar alguns pontos fracos da economia do país.

"Milei volta a mostrar forte compromisso para evitar o déficit fiscal. Um orçamento sem déficit na Argentina é uma grande conquista que não deve ser subestimada, e acredito que essa é a principal mensagem", disse Roberto Geretto, economista do Banco CMF.

O governo de Milei estima que em 2025 a economia argentina crescerá 5%, com a **inflação** desacelerando para 18,3%. O projeto não menciona o fim dos controles cambiais no país - uma demanda do setor produtivo e promessa de campanha de Milei - e projeta que no fim de 2025 a cotação do dólar oficial estará em 1.207 pesos.

"O fim do controle cambial é uma demanda do setor agroexportador, principal gerador das divisas que entram no país via exportações", diz Dante Moreno, analista da consultoria EPyCA. "Esse tema determinará certamente o nível de apoio futuro a Milei por parte de um setor de reconhecido poder real na economia argentina."

O projeto também prevê superávit primário de 1,3% do **PIB** para zerar o déficit fiscal em 2025.

"Particularmente, gostei da proposta apresentada ao governo, que mantém a disposição de seguir com o rigor fiscal, ainda que alguns números pareçam mais otimistas e generosos do que a realidade diz", explicou Andrés Borenstein, professor de Economia da Universidade Torcuato Di Tella.

Luis Secco, diretor da consultoria *Perspectiv@s Econômicas*, ponderou no entanto que "um ajuste

fiscal bem-sucedido deve ser acompanhado de reformas estruturais que garantam a solvência fiscal e aumentam o potencial de crescimento da economia". "O governo está fazendo progressos em muitas frentes, como a reforma dos mercados de capitais, bens e serviços, para promover a concorrência, reduzir barreiras regulatórias e promover o investimento privado. Mas há outras reformas que são essenciais".

Secco citou as reformas previdenciária, tributária e trabalhista como essenciais para que o governo atinja os números previstos no projeto de orçamento.

No plano orçamentário, o governo indicou que não espera novos fundos do Fundo Monetário Internacional nem do Clube de Paris para os próximos dois anos, e afirmou que os pagamentos continuarão sendo feitos conforme o calendário previsto e que será buscado o desenvolvimento de "novas linhas de financiamento" com outras instituições multilaterais.

Em relação ao desempenho da economia, o Ministério da Economia da Argentina prevê uma queda do **PIB** de 3,8% para 2024 e uma alta de 5% para o próximo ano. Os resultados estão acima das projeções publicadas no Relatório de Expectativas de Mercado (REM), elaborado pelo Banco Central do país, que estimam um crescimento médio de 3,5% da economia argentina para o próximo ano.

Segundo o governo, a economia deve manter "crescimento sustentado do **PIB** nos anos seguintes", de 5% em 2026 e 5,5% em 2027.

O relatório estima uma desaceleração forte da **inflação**, que ficaria em 18,3% em 2025, bem abaixo dos mais 100% de **inflação** estimados para este ano. O projeto do orçamento estima uma **inflação** mensal média no próximo ano de cerca de 1,4%.

A previsão oficial está abaixo dos cálculos do REM, que prevê um aumento do índice de preços de 38,4% para 2025.

"As projeções do orçamento diferem do consenso de mercado. Projetam que o dólar oficial continuará subindo 2% ao mês, o que estaria abaixo da **inflação** projetada pelo REM, e que em 2025 e 2026 a **inflação** e o dólar oficial se moveriam de forma semelhante. O orçamento trabalha com uma taxa de câmbio que

muitos consideram defasada e que se mantém ao longo do tempo", disse Geretto.

"Esse crescimento baseia-se fundamentalmente no comportamento das receitas tributárias do governo e é neste ponto que estão as maiores surpresas", afirma Secco. "A proposta de orçamento levanta a mesma questão de sempre: se a projeção de recursos não se confirmar e os gastos precisarem ser reduzidos, esse ajuste será socialmente tolerável ou politicamente viável?", diz.

O texto do orçamento defende o controle do déficit como maneira de fomentar um ambiente favorável para o aumento do investimento privado, a melhora da produtividade, do emprego e da renda. "O cenário impõe mais incertezas do que certezas, portanto, os valores incorporados no orçamento provavelmente serão incompatíveis com a realidade", diz Moreno.

Ontem, em reação ao projeto de orçamento, os títulos da dívida argentina tiveram alta de 1,5% enquanto o risco-país, indicador do JP Morgan que mede o custo da dívida argentina, caiu para 1.360 pontos, menor nível desde junho.

Apesar da boa receptividade do mercado, analistas avaliam ser pouco provável que o Congresso aprove o orçamento sem nenhuma mudança. Isso sugere um novo embate entre o governo e o Congresso, cuja maior bancada é do bloco kirchnerista, da oposição.

O governo disse ontem estar disposto a negociar o projeto desde que não alterem a meta de déficit zero e disse já ter um plano B caso a proposta seja recusada no Congresso. A Casa Rosada não descarta a hipótese de avançar com algumas propostas por decreto, como fez nos primeiros meses de governo, quando propostas de Milei foram barradas pelo executivo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187986?page=22§ion=1>

Projeções argentinas

Com base em proposta de orçamento

	2024	2025
PIB (%)	-3,80	5
Inflação (%)	104,40	18,30
Câmbio oficial (em pesos 1 US\$ no fim do período)	1.019,90	1.207
Resultado primário (%)	-0,90	1,30
Déficit fiscal (% em relação ao PIB)	3,40	0

Fonte: Perspectiv@s Económicas, com base em orçamento proposto para 2025

Com ciclo de alta de juros à frente, economistas mostram dúvidas sobre nível final da taxa Selic

Gabriel Roca, Victor Rezende e Anais Fernandes De São Paulo

Após uma comunicação vista por economistas de mercado como "ruidosa e menos orientadora" dos membros do Banco Central desde a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a autarquia deve embarcar amanhã em um novo ciclo de aperto da Selic. Há dúvidas, porém, sobre quais fatores levariam o colegiado a interromper esse processo de alta de juros, à medida que as expectativas de **inflação** podem não ceder, especialmente diante de uma política fiscal mais expansionista.

Essa é uma das incertezas que permanecem nas discussões do grupo consultivo macroeconômico da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), que fizeram uma apresentação ao Valor ontem. A mediana das projeções de 26 economistas que compõem o grupo é de uma Selic de 11,75% ao fim de 2024 - o que contemplaria uma alta de 0,25 ponto percentual nesta semana e uma aceleração do ritmo de aperto a partir de novembro, até a taxa chegar a 12% em janeiro. Há, no grupo, quem espere a Selic em 12,75%.

Já a mediana das estimativas para a taxa de juros no fim do ano que vem é de 10,75% - cenário que contempla, portanto, um afrouxamento de 1,25 ponto percentual na Selic no próximo ano.

"Muitas perguntas permanecem sobre qual vai ser o gatilho para o BC parar de subir os juros. É possível que as expectativas não caiam tanto e parece que há uma certa rigidez associada às incertezas sobre as contas públicas. Há uma percepção no comitê de que a **inflação** vai estacionar nos 4%. Pode ser que, mesmo com o BC subindo, as expectativas não recuem tanto", afirma o economista-chefe do Bradesco e coordenador do grupo consultivo macroeconômico da Anbima, Fernando Honorato Barbosa.

Alguns canais de transmissão da política monetária parecem "entupidos" no momento, aponta o economista, ao citar o câmbio, que pode ser prejudicado pela desaceleração da economia chinesa

e pela queda nos preços das commodities; e os prêmios de risco relacionados à condução da política fiscal, além das próprias expectativas de **inflação**. "Não é que o Banco Central não vai parar de subir os juros nunca. Mas quais serão os sinais? Há um desafio neste início do ciclo que são os indícios de que alguns canais estão bloqueados. De onde, então, virá esse alívio?", indaga o economista.

Nas projeções do grupo, inclusive, as expectativas de **inflação** seguem em níveis bem acima do centro da meta, de 3%. O ponto-médio das projeções dos economistas do grupo para o IPCA no fim deste ano subiu de 4% no fim de julho para 4,33% agora, enquanto a mediana das estimativas para a **inflação** de 2025 passou de 4% para 3,8%.

Assim, no contexto de incertezas elevadas, será bastante importante acompanhar qual será a mensagem adotada pelo Copom para guiar as expectativas em relação à condução da política monetária, após os recentes ruídos de comunicação desde o último Copom.

De acordo com a economista-chefe da Principal Claritas, Marcela Rocha, um dos sinais importantes será monitorar se o uso do termo "gradualismo" continuará presente na comunicação do comitê.

Vale lembrar que, em declaração recente, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que o Copom avaliava que, caso existisse um ciclo, ele seria gradual e que "havia uma precificação excessiva pelo mercado na parte curta da curva de juros, incompatível com a comunicação recente do BC".

"Vai ser importante monitorar se o gradualismo vai continuar presente na comunicação como uma orientação para o ciclo ou se ele se referia apenas ao início do processo", diz Rocha. "Tivemos nove ciclos de alta desde a adoção do sistema de metas de **inflação**. E, sempre que o BC tentou ter um orçamento definido, traçar uma trajetória, ele foi surpreendido. Acho perigoso ele se comprometer, buscar limitar, ou se mostrar muito cauteloso com o aperto monetário, dadas as incertezas. É um ciclo muito difícil, as expectativas estão desancoradas e o

BC tentar indicar um orçamento limitado pode ser contraproducente", afirma.

Para ela, é preciso lembrar, também, que os cortes de juros do Federal Reserve (Fed) não irão resolver os problemas da **inflação** no Brasil. "E o BC não pode tentar se antecipar a isso e se colocar em uma posição passiva", afirma.

Dentro das discussões no grupo da Anbima, segundo Honorato, alguns economistas avaliam que o hiato do produto (medida da ociosidade da economia) está excessivamente pressionado e que o BC errou ao ter cortado os juros com as expectativas de **inflação** desancoradas. Há membros, inclusive, que esperam um ciclo de aperto de 2 a 2,5 pontos. "Há um outro grupo, em que eu me incluo, que avalia que a política monetária atual é restritiva e que o juro real está bastante alto. Haverá convergência para o centro da meta de **inflação**, mas ela pode levar um pouco mais de tempo", defende.

O chefe de economia para Brasil e de estratégia para América Latina do Bank of America, David Beker, aponta que, apesar dos recentes esforços dos dirigentes do BC para não oferecer nenhum tipo de orientação ("guidance") para a política monetária, é possível que o Copom acabe oferecendo algum tipo de sinalização. "Se você olhar a comunicação deste BC, acho que eles, desnecessariamente, acabam se colocando em certos "corners". Eu esperaria algum tipo de guidance para a sequência do ciclo", avalia.

Honorato ressalta que há diferentes formas de emitir a mensagem para a sequência do ciclo. "Pode ser diretamente, ao citar que a alta vai ser de mesma magnitude ou maior; ou pode dizer também que prefere um ciclo gradual. Mas o que eu, particularmente, acredito mais é que essa sinalização seja via modelo de **inflação**, ao mesmo tempo em que deixa a escrita mais aberta. E isso passa, também, por uma atualização da projeção de hiato do produto do Copom, que deve impactar as projeções", diz.

Na avaliação dos profissionais, a alta de juros se tornou "inevitável", diante da comunicação recente do BC e do reforço de credibilidade que o movimento geraria, além da perspectiva de poder fazer com que as expectativas de **inflação** voltem a cair. "Há também o tema do hiato do produto mais fechado, resultado das surpresas com a atividade. Acho que o número do **PIB** do segundo trimestre foi a "pá de cal" que sacramentou a alta", diz Honorato.

Beker diz não ver relação direta entre a iminência do ciclo de alta e o argumento de que o atual diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, estaria antecipando um aperto no juro para a gestão de

Campos Neto, com a intenção de não se indispor com o governo quando as-sumir o comando do BC, caso seu nome seja aprovado pelo Senado.

"Se o BC avalia que precisa subir os juros, que suba logo. O Galípolo vai fazer o que precisa ser feito e essa é a minha opinião. Eu trabalho com a premissa de que o BC é uma instituição de credibilidade e que vai fazer o que é tecnicamente correto. É muita responsabilidade sentar na cadeira e, caso a pessoa seja leniente com a **inflação**, a conta chega lá na frente", afirma Beker.

-

"Real é o canal preferido para exposição ao país"

No momento em que o diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos está prestes a aumentar, o mercado de câmbio deve se firmar como o canal preferido dos investidores estrangeiros para se ter exposição ao Brasil. A avaliação foi feita pelo chefe de economia para Brasil e estratégia para América Latina do Bank of America (BofA), David Beker, ao participar de entrevista, no Valor, no âmbito das discussões do grupo macro da Anbima.

"O Fed vai estar cortando juros e o Brasil, subindo. Já está precificando pelo mercado, mas a percepção é de que o diferencial de juro vai aumentando e, na hora em que aumenta, a moeda é o canal preferido para se ter exposição ao país, mais do que ações ou juro longo. A Selic mais alta cria dúvidas sobre a atividade e sobre a performance do mercado acionário e, na curva de juros, é muito difícil se expor dada a incerteza na parte curta de como vai ser o ciclo [de aperto] e, na parte longa, que depende do fiscal", de acordo com Beker.

O estrategista nota que o real, nesse sentido, tende a ficar mais atrativo. "É para onde os estrangeiros estão olhando", diz. Ele afirma que, tempos atrás, o México era o foco das alocações na América Latina, mas, com a aprovação recente de mudanças constitucionais no país, que gera dúvidas sobre outras possíveis deteriorações institucionais, deixou de ser observado de perto de forma positiva. Assim, no comparativo com outras moedas da América Latina, e com a criação de um colchão adicional com as altas de juros, o real tende a se beneficiar.

Beker observa, adicionalmente, que o mercado entra na reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central americano) dividido, após uma mudança na precificação dos juros americanos que teve início no fim da semana passada e que mostra apostas mais competitivas para o cenário de redução de 0,5 ponto na taxa americana já nesta semana. "O

afrouxamento monetário nos EUA está começando e a discussão sobre o quão bom pode ser isso para os mercados emergentes depende muito da atividade. Se tivermos um afrouxamento combinado com "soft landing" [pouso suave], é bom para o mundo e esse parece ser o cenário base." Há, porém, uma parte negativa no cenário externo, que vem da China. Beker observa que o mercado tem revisado para baixo as projeções para o crescimento do país asiático e, a cada semana, a meta de 5% de crescimento para este ano tem ficado mais distante. "Isso tem levado ao movimento de [queda dos preços das] commodities e não parece que a perspectiva é de alta", avalia o profissional do BofA, que também é vice-coordenador do grupo macro da Anbima.

Nas projeções para a taxa de câmbio no fim deste ano, a mediana das estimativas das 26 casas que compõem o grupo seguiu em elevação e passou de R\$ 5,30 por dólar em julho para R\$ 5,40 por dólar neste mês. Foi a quinta vez consecutiva em que o ponto-médio das previsões para o câmbio em dezembro de 2024. Também houve aumento na projeção para a taxa de câmbio no fim de 2025, de R\$ 5,30 por dólar para R\$ 5,40.

A economista-chefe da Principal Claritas, Marcela Rocha, faz uma ponderação, ao avaliar que, apesar do interesse do investidor estrangeiro, uma aposta favorável ao real não é algo mecânico somente pela diferença na postura dos bancos centrais nas duas economias.

O economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa, também reconhece que um dos membros do comitê macro da Anbima comentou, durante a reunião, que os riscos de continuidade do desmonte de operações de "carry-trade" envolvendo o Japão podem continuar a atrapalhar o real. Nesta semana, o Banco do Japão (BoJ) se reúne, em uma decisão que deve sacramentar a manutenção da taxa em 0,25%.

Sempre que o BC tentou ter um orçamento definido, ele foi surpreendido" Marcela Rocha

"Na hora em que [diferencial de juro] aumenta, a moeda é o canal preferido" David Beker

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187986>

Despedida - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Não houve despedida de Maria Madalena de Oliveira Rebelo. Houve apenas uma interrupção do enlace matrimonial ocorrido há quase seis décadas, precisamente 59 anos. Interrupção de uma caminhada para a morada celeste preparada pelo Nosso Pai Onipotente e Misericordioso.

A Madá ou Dona Madá irradiava o amor, a amizade e a bondade. Esses atos foram demonstrados no dia de sua partida, no velório repleto de parentes e amigos, destacando-se todos os sobrinhos, genros e netos (Emídio Neto, Arthur e Aurora) que a homenagearam com sublime amor que a eles dedicava e os chamava de filhos. Suas filhas Nazaré, Maria Emídia, Ana Paula e Ângela não estão tristes, mas saudosas e felizes pela certeza de que a mãe querida e amada está nas mãos de Maria Santíssima e de Deus.

EMPRÉSTIMO

Aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) dispõem as facilidades para fazerem o empréstimo consignado, tão apregoado pelas autoridades previdenciárias.

O que almejam é a correção dos proventos das suas aposentadorias e pensões, corroídas por ações indevidas e que somente causam prejuízo, aflição e queda na qualidade de vida de milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros.

Não é possível que queiram o endividamento de quem não merece tal massacre, além do que já sofrem na redução de proventos. Haveremos de ser reconhecidos pelo que fizemos, e fazemos, ainda hoje, pelo progresso e desenvolvimento do nosso País. Basta de ações negativas contra aposentados e pensionistas.

PAGAMENTOS

Os pagamentos irregulares e indevidos permanecem acontecendo. E assim os recursos financeiros disponibilizados pelo contribuinte são utilizados, aplicados impropriamente, impedindo que o Sistema Previdenciário Brasileiro cumpra, efetivamente, o que lhe atribuem com o pagamento correto dos benefícios previdenciários, principalmente, os pertinentes às aposentadorias e pensões. A mais recente descoberta dessa ação nefasta foi no programa Bolsa Família com mais de meio milhão de pessoas recebendo esse

benefício indevidamente.

Podemos até dizer que é um procedimento devastador e demonstra a incompetência no controle do órgão encarregado da concessão.

Requer, portanto, medidas corretivas, firmes e próprias.

VOTO

Aposentados, pensionistas e pessoas idosas, principalmente, os de 70 anos ou mais, mesmo com a isenção, liberalidade de comparecer às urnas para votar, deverão sim participar desse ato cívico na escolha de prefeitos e vereadores. A experiência, sabedoria e bom senso desse grande e importante contingente de pessoas da sociedade brasileira podem contribuir decisivamente para que tenhamos os melhores na direção dos nossos municípios e na Câmara dos Vereadores.

Vamos todos votar no próximo mês de outubro. A nossa decisão é de importância vital nessa escolha de representantes, pois queremos que todas as gestões desses órgãos, prefeituras e Câmaras desenvolvam ações em favor da população.

CORREÇÃO

A correção dos proventos das aposentadorias e pensões dos segurados do **INSS** é imperativa. Temos que insistir com os nossos representantes na Câmara dos Deputados para a aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008, que dispõe da atualização e regularização desses proventos. A defasagem, repetimos, que ocorre há 33 anos, precisamente desde setembro de 1991, governo Fernando Collor de Mello, não tem justificativa.

É um massacre sem precedentes que têm levado pessoas idosas ao desespero por não ter condições mínimas de sustento familiar, destacando-se a compra de alimentos e remédios essenciais próprios e necessários na idade que possuem.

LEMBRETE

Aos deputados federais: o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) atualmente paga 40 milhões de benefícios aproximadamente.

Todos os que recebem são eleitores e que podem

decidir uma eleição. E mais: se tiverem dois dependentes eleitores, somam 120 milhões, aproximando-se dos 155 milhões que correspondem ao total do eleitorado brasileiro. Confirma-se deste modo a potência eleitoral dos aposentados e pensionistas em uma eleição proporcional na qual estão incluídos os representantes que irão atuar na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional. É um lembrete dos aposentados e pensionistas para não serem esquecidos.

PERDA

"Perdemos o Paraíso, mas recebemos o Céu, pelo que o ganho é maior que a perda" (São João Crisóstomo)

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>